



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

UASG 928291

PROCESSO Nº 003/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA – 8ª REGIAO**, CNPJ 08077490000136, por meio da Comissão de licitação, sediado á Avenida Desembargador Moreira, 2020, Sala 401, bairro ALDEOTA, na cidade de FORTALEZA-CE , CEP 60170-002, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento **MAIOR DESCONTO** , com modo de disputa **ABERTO**, conforme Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 02/07/2026 (quinta-feira)

Horário: 8h (horário de Brasília – DF)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnet-siasg>.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO DO GRUPO

DISPUTA DE LANCES: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Nesta licitação, em nenhum item será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A vedação de que trata o dispositivo anterior, estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.
- 3.2. O valor máximo estimado da contratação é **R\$ 250.649,60(duzentos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).**

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN
eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4 titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções **R\$**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN
250.649,60 (duzentos e cinquenta mil e seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)
previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

5.1.1. O licitante deverá informar em sua proposta de preços eletrônica, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, o **VALOR DA SUA PROPOSTA COMERCIAL (considerando que o critério de julgamento das propostas será o de MAIOR DESCONTO POR GRUPO a ser ofertado sobre o valor de cada passagem aérea a ser emitida, conforme as normas do CREFONO 8 sendo que para fins de cálculo do desconto em apreço, os licitantes deverão oferecer o desconto sobre o montante total estimado para a contratação .**

5.1.1.2 Desta feita, o desconto aplicado sobre o valor estimado da contratação será considerado como desconto ofertado pela licitante a ser aplicado sobre o preço de cada passagem aérea emitida, conforme as normas do CREFONO 8ª REGIÃO durante a vigência do contrato.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução/fornecimento do objeto. .

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item .

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,50% (meio por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

ordem de classificação,

- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), por se tratar de pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), tratando-se de pregão eletrônico, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2 Empresas brasileiras;

6.21.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também

7.2.2 ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1 Contiver vícios insanáveis;

7.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.7.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.1.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.2.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.3. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.3.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo **de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.3.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.4. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.4.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.4.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.5. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

- 8.5.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
 - 8.5.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 - 8.5.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
 - 8.5.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.6. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 8.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.11 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5 O presente contrato vigorará pelo prazo de **12(doze)** a contar da data de sua assinatura, em observância ao disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de prestação de serviços de natureza contínua.

9.5.1 Parágrafo Primeiro. O prazo de vigência estabelecido nesta cláusula abrange a execução contratual e eventuais prorrogações, desde que mantidas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, bem como o desempenho satisfatório dos serviços prestados e a vantajosidade da contratação para a Administração.

9.5.2 Parágrafo Segundo. A Administração poderá prorrogar o prazo de vigência deste contrato, observado o limite máximo previsto em lei para contratos de prestação de serviços contínuos, mediante celebração de termo aditivo, desde que demonstrada, de forma expressa, a manutenção das condições de habilitação, a adequação dos preços praticados ao mercado e a vantajosidade da prorrogação, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

9.5.3 Parágrafo Terceiro. A prorrogação contratual ficará condicionada à existência de interesse público devidamente justificado, à disponibilidade orçamentária e ao atendimento, pela contratada, de todas as obrigações previstas neste instrumento, bem como à apresentação, quando exigido, de novos documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

9.5.4 Parágrafo Quarto. A Administração poderá deixar de promover a prorrogação contratual, a seu exclusivo critério e mediante justificativa, sem que assista à contratada qualquer direito à indenização, ressalvados os valores devidos pelos serviços efetivamente prestados até a data de encerramento da vigência.

9.5.5. Parágrafo Quinto. Encerrado o prazo de vigência sem prorrogação, considerar-se-á este contrato automaticamente extinto, mantidas, contudo, as obrigações das partes relacionadas a eventuais responsabilidades decorrentes de sua execução, inclusive de natureza indenizatória, que subsistirão até seu integral cumprimento

9.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

Créditos não Quitados do Setor Público Federal – **Cadin** e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.5.1 A existência de registro no **Cadin** constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3.1 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.4.1 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.4.2 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

11.3 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.3.3 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.3.4 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.3.4.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.3.4.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.3.4.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.3.4.4 deixar de apresentar amostra;

11.3.4.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.3.5 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.3.6 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.3.7 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.3.8 fraudar a licitação;

11.3.9 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.3.9.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.3.9.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.3.9.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.3.10 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.11 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.4 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.4.3 advertência;

11.4.4 multa;

11.4.5 impedimento de licitar e contratar e

11.4.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.5.3 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.5.4 as peculiaridades do caso concreto;
- 11.5.5 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.5.6 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.5.7 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.6.3 Para as infrações previstas no item 11.3.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.6.4 Para as infrações previstas nos itens 11.3.5 a 11.4.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.3.9 a 11.3.11, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.3.9 e 1.3.11, bem como pelas infrações administrativas, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.3.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 11.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.18 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço de e-mail da comissão de licitação: licitacoes@crefono8.org.br.
- 12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.1.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.5.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.5.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.6 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.7 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br (UASG 928291) e <http://www.crefono8.org.br>.

13.8 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo II – MINUTA CONTRATUAL

Fortaleza, 16 de junho de 2026.

Luciana Picanço Pereira
Presidente
CRFa 8ª Região



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, seguro, emissão, marcação, remarcação e cancelamento e reembolso de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais , destinados a atender às necessidades do Conselho Regional de Fonoaudiologia – 8ª Região .

2. UNIDADE SOLICITANTE

Diretoria / Setor de Transparência e Administração do Conselho Regional de Fonoaudiologia – 8ª Região.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada em agenciamento de passagens aéreas justifica-se pela necessidade institucional do CREFONO 8ª Região de garantir o deslocamento aéreo de seus conselheiros, diretores, empregados públicos e colaboradores eventuais. Esses deslocamentos são fundamentais para a participação em reuniões plenárias, comissões, fiscalizações (atividade-fim da autarquia), eventos institucionais e representações de interesse do Conselho junto a outros órgãos e entidades no âmbito nacional.

A centralização e a terceirização desses serviços por meio de agenciamento especializado garantem maior eficiência operacional, controle de gastos, acesso a tarifas corporativas competitivas e suporte técnico qualificado para emissões, remarcações e cancelamentos, otimizando o uso dos recursos públicos. A contratação fundamenta-se nas diretrizes de planejamento e governança da Lei nº 14.133/2021, assegurando a regularidade e a eficiência das rotinas administrativas e o pleno desempenho das funções finalísticas da autarquia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

4. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

Grupo	Código do Grupo	Código do Serviço	Unidade de Medida	Quantidad e Máxima	Preço Unitário (R\$)	Preço Global (R\$)
1	678 – Serviço de agência de viagens	3719 - Prestação de serviços de agenciamento de viagens	UND.	160	Valor máximo aceitável pela prestação de serviço	Valor máximo aceitável pela prestação de serviço * quantidade prevista
					R\$ 1,00	R\$ 160,00
	661 – serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, seguro, emissão, marcação, remarcação e cancelamento e reembolso de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais	25828 - Contratação de passagem aérea junto à companhia credenciada			Média de valor por passagem para fins estimativos	Valor médio * quantidade de bilhetes previstos
					R\$ 1.565,56	R\$ 250.489,60
					Valor da estimado da contratação será de R\$ 250.649,60 (duzentos e cinquenta mil e seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento da licitação será o de **MAIOR DESCONTO DO GRUPO**, conforme o art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

- O percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora incidirá obrigatoriamente sobre o valor da tarifa aérea cheia regulamentar e operada pelas companhias aéreas nas datas das solicitações de reserva.
- Fica vedada a cobrança de qualquer taxa de agenciamento (*transaction fee*) ou taxa de serviço adicional que anule o desconto ofertado sobre a tarifa.

6. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (ENTREGA)

Os serviços serão prestados de forma remota/virtual, por meio de plataforma web fornecida pela contratada ou via canais de atendimento eletrônico (e-mail/WhatsApp), devendo os bilhetes e relatórios ser encaminhados para a sede do Conselho:

- Sede do Conselho Regional de Fonoaudiologia – 8ª Região
- Endereço: Av. Desembargador Moreira, 2020, sala 401, Aldeota, Fortaleza – CE.
- Horário de Atendimento Administrativo: De segunda a sexta-feira, entre 9h e 16h (exceto feriados). O plantão da contratada **para urgências deverá operar 24h**.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO E NÍVEL DE SERVIÇO

- Prazo de início do contrato: Em até 05(cinco) dias úteis após a assinatura do contrato e emissão da respectiva Ordem de Serviço.
- Prazos de atendimento diário (ANS): A contratada deverá apresentar as cotações e opções de voos em até 2 (duas) horas após a solicitação do CREFONO 8. Após a aprovação do voo pelo Conselho, a emissão do bilhete deverá ocorrer em até 1 (uma) hora, salvo situações justificadas de proximidade do voo, que exigirão atendimento imediato.

8. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com fundamento no art. 6º, inciso XLI, e artigo 28 Inciso I da Lei nº 14.133/2021, obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da obtenção da proposta economicamente mais vantajosa.

O critério de julgamento será de maior desconto observará as especificações de vantagens estipuladas neste Termo de Referência.

9. FONTE DE RECURSOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

- Centro de Custos:
 - 01.01.01.07 - ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
 - 01.01.01.03 - PROJETO - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO
 - 01.05.01.01 - COMISSÃO DE ÉTICA
 - 02.01.03.01 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
 - 01.01.01.04 - PROJETO - INTERCOF E ENCONTRO DA FISCALIZAÇÃO
 - 01.01.06.01 - COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – COF
 - 01.01.06.02 - COMISSÃO DE AUDIOLOGIA
 - 01.01.06.03 - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
 - 01.01.06.04 - COMISSÃO DE ENSINO
 - 01.01.06.05 - COMISSÃO DA SAÚDE
 - 01.04.01 - SEMINÁRIO E CONGRESSO BRASILEIRO DE FONOAUDIOLOGIA
 - 02.01.01.07 - PROJETO - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
 - 02.01.02.01 - RID - REUNIÕES INTERCONSELHOS DE DIRETORIA
 - 02.01.02.02 - SESSÕES PLENÁRIAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS
 - 02.01.03.02 - COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES
 - 02.01.03.03 - COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
 - 02.01.03.04 - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
- Conta:
 - 6.2.2.1.1.01.04.03.007.004-Funcionário/Fiscalização
 - 6.2.2.1.1.01.04.03.007.003-Assessores
 - 6.2.2.1.1.01.04.03.007.002-Conselheiros

10. PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente, de forma faturada, após a efetiva prestação dos serviços do período (emissões consolidadas), mediante a apresentação da Nota Fiscal acompanhada do relatório detalhado dos bilhetes emitidos (já aplicados os respectivos descontos sobre a tarifa), utilizados, cancelados ou remarcados, contendo os respectivos localizadores e comprovantes, após o devido atesto do fiscal do contrato designado pelo CREFONO 8.

11. Para fins de contratação, a empresa deverá apresentar:

11.2.1. Exigências de Habilitação Jurídica:

11.2.1.1. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

11.2.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.2.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.2.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.2. Exigências de Habilitação Fiscal, Econômica, Social e Trabalhista:

11.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.2.2.6. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.2.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.2.3. Exigências de Qualificação Econômico-Financeira:

11.2.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso não venha expresso a data da validade, considerar-se-á a validade de 90 (noventa) dias a contar da sua emissão.

11.2.3.2. Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprove atender um dos seguintes requisitos:

11.2.3.3. A licitante deve possuir todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN
Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

11.2.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior 1 (um) em qualquer dos índices, deverá comprovar patrimônio líquido mínimo equivalente a **até 10% (dez por cento) do valor do montante da sua proposta final.**

11.2.3.5. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso não venha expresso a data da validade, considerar-se-á a validade de **90 (noventa) dias** a contar da sua emissão.

11.2.3.6. Os documentos referidos neste item limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.2.3.7. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – por fotocópia do livro Diário, inclusive com os termos de abertura e encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou fotocópia do balanço patrimonial conforme item 8.3.3.2. e os termos de abertura e de encerramento devidamente registrado ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

11.3 EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis pertinentes ao objeto desta licitação, por meio da apresentação de no mínimo 1(um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.3.2 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.3.3 . Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério do contratante.

11.3.4. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.3.5. Os documentos que comprovam as características aqui exigidas deverão ser entregues anexados à sua proposta, podendo também ser requerida apresentação posterior no momento do contrato e execução.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

11.3.6. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

- a)** Objeto contrato;
- b)** Data de emissão;
- c)** Nome da empresa e do responsável técnico;
- d)** Lista dos serviços executados;
- e)** Assinatura dos responsáveis pela emissão dos atestados

11.4. Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringir o princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

12. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.5. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.6. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.7. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

13.1 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

13.2 A CONTRATADA responsabiliza-se pelos prejuízos de qualquer natureza, inclusive os causados ao patrimônio do CREFONO 8 ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução deste contrato, inclusive por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a informar à CONTRATANTE quaisquer danos causados a quaisquer de seus bens e promover o ressarcimento a preços atualizados dentro de 30 (trinta) dias corridos a partir da comprovação de sua responsabilidade, caso contrário, ao CREFONO 8 é reservado o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura, sem prejuízo de poder rescindir o contrato de pleno direito;

13.3 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

13.4 A CONTRATADA deverá manter, durante toda vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei neste Termo de Referência;

13.9 A CONTRATADA somente poderá efetuar qualquer correção do serviço não prevista especificamente no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital do qual decorreu a presente contratação, somente após aprovação por parte do CREFONO 8.

13.10 As cláusulas deste Contrato deverão ser obedecidas, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei 14.133/21 e suas alterações.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a pagar pelo objeto da licitação, conforme estipulado neste Contrato e no Edital do qual decorre a presente Licitação, entregue em condições satisfatórias para o uso imediato.

14.2. A CONTRATANTE responsabilizar-se-á pelo fiel cumprimento das cláusulas do Edital do qual decorre a presente licitação e das normas norteadoras das Licitações e Contratos Administrativos.

14.3. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados ao presente Contrato, bem como, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.4. É responsabilidade da CONTRATANTE verificar a conformidade do bem entregue com as especificações registradas no Termo de Referência para garantir a qualidade desejada dos mesmos, não eximindo, referida fiscalização, a CONTRATADA das obrigações a si estipuladas no presente Contrato, no Edital do qual decorre a presente contratação, e nas normas aplicáveis;

14.5. A CONTRATANTE anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a entrega do serviço, que estejam em desacordo com as especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital do qual decorreu a presente contratação, para que sejam tomadas as devidas providências;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

14.6. A CONTRATANTE notificará, por escrito, o fornecedor sobre eventuais defeitos na implementação, fixando prazo, de acordo com as circunstâncias, para a substituição do mesmo;

15. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

15.1 A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas cabíveis para que seus empregados cumpram estritamente as obrigações por ela assumidas;

15.2 O CREFONO 8 fornecerá à licitante vencedora as informações necessárias para a execução dos serviços descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA.

15.3 A Licitante deverá apresentar um atestado de capacidade técnica, no qual conste que a mesma já implantou, e tem executando em ambiente de produção, em órgão público ou empresa privada, todas as funcionalidades solicitadas.

16. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos do Art. 155, da Lei 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) Cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o CREFONO 8, poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

16.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações Contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;

16.2.2. Multa de:

16.2.2.1. 1,5% (um vírgula cinco por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.2.2.2. 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.2.2.3. 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

16.2.2.4. 0,5% a 3,2% por dia sobre o valor total do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

16.2.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

16.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

16.2.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 do Termo de Referência.

16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.3, 16.2.4 e 16.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor total da nota fiscal mensal ou do contrato
2	0,8% ao dia sobre o valor total da nota fiscal mensal ou do contrato
3	1,6% ao dia sobre o valor total da nota fiscal mensal ou do contrato
4	2,5% ao dia sobre o valor total da nota fiscal mensal ou do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor total da nota fiscal mensal ou do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

1	Deixar de entregar o objeto na qualidade e quantidade exigida no Termo de Referência e Contrato;	4,00
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a realização do objeto contratual por dia;	4,00
3	Não atender às solicitações feitas pela Contratante, por dia;	5,00
4	Recusar-se a executar as determinações dadas pela fiscalização, por dia;	4,00
5	Utilizar mão de obra não qualificada para realização do objeto ou em quantitativo reduzido;	3,00
6	Estar inadimplente em relação à certidão federal, FGTS, Trabalhista, Estadual e Municipal;	3,00
7	Fornecer o objeto em qualidade inferior à contratada;	4,00
8	Agir com dissídia na execução dos trabalhos, não cumprindo o determinado pela fiscalização do contrato e/ou previsto em cronograma;	4,00
09	Não guardar sigilo das informações que tem acesso em virtude de contrato	
10	Efetuar cobrança indevida;	4,00
Para os itens a seguir, deixar de:		
14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	4,00
15	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3,00
16	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3,00
17	Indicar e manter durante a execução do contrato o preposto previsto no edital/contrato;	3,00

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, Incisos III e IV, da Lei 14.133 de 2021, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

16.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação e contratação;

16.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do CREFONO 8, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o CREFONO 8 poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. Poderá a Contratada responder, ainda, por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do parágrafo único do Artigo 416 do Código Civil.

16.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao CREFONO 8, observado o princípio da proporcionalidade.

16.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa, deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas, não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na

licitação/contratação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato

18. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O futuro contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

18.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.2.3. Indenizações e multas.

19. DA OBRIGAÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. É obrigação da Contratada manter confidencialidade e sigilo sobre todos os dados pessoais, documentos e processos disponibilizados pelo CREFONO 8 para prestação do objeto de tratamento de massa documental de acordo com este instrumento, a Lei nº 13.709/18, a Lei nº 12.527/11 e outras normas aplicáveis à espécie.

19.2. A Contratada deverá se responsabilizar pela Confidencialidade e Sigilo do objeto deste Termo de Referência, em decorrência do cumprimento do objeto, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e penal pelo vazamento de informações e/ou compartilhamento não autorizado.

20. DOS CASOS OMISSOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA – PI – RN

ANEXO II
MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº ____/2026

PROCESSO Nº 003/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

CONTRATANTE: **CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA – 8ª REGIÃO**, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 08.077.490/0001-36, com sede na Avenida Desembargador Moreira, nº 2020, Sala 401, Bairro Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60170-002, neste ato representado por seu(sua) Presidente Dra. _____, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE ou CREFONO 8.

CONTRATADA: , Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, neste ato representada por seu(sua) _____, Sr(a)., **portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____**, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS**, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no resultado do **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**, no Processo nº **003/2026**, no Edital e seus Anexos, em especial o Termo de Referência (Anexo I) e a Documentação de Habilitação (Anexo II), que passam a integrar este instrumento para todos os fins de direito, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, seguro, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, destinadas a atender às necessidades do Conselho Regional de Fonoaudiologia – CREFONO 8.

1.2. Os serviços serão prestados de forma contínua, mediante demanda, conforme solicitações realizadas pela CONTRATANTE, não havendo obrigação de consumo mínimo durante a vigência contratual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

1.3. A licitação e a contratação foram realizadas sob o critério de julgamento de **MAIOR DESCONTO DO GRUPO**, nos termos do **art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, aplicável sobre a tarifa aérea cheia regulamentar e operada pelas companhias aéreas nas datas das solicitações de reserva.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DO DESCONTO E DA REMUNERAÇÃO

2.1. O valor máximo estimado da contratação é de **R\$ 250.649,60 (duzentos e cinquenta mil e seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)**, balizado no histórico de consumo real do exercício anterior, conforme Termo de Referência.

2.2. Considerando tratar-se de contratação por demanda, o valor indicado no item 2.1 possui caráter meramente estimativo, não implicando obrigação de consumo pela CONTRATANTE.

2.3. **O percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA incidirá obrigatoriamente sobre o valor da tarifa aérea cheia regulamentar e operada pelas companhias aéreas nas datas das solicitações de reserva, durante toda a vigência contratual.**

2.4. É vedada a cobrança de qualquer taxa de agenciamento (transaction fee) ou taxa de serviço adicional que, na prática, anule ou reduza o desconto ofertado sobre a tarifa.

2.5. O valor efetivamente devido será apurado com base nos bilhetes efetivamente emitidos, utilizados, cancelados ou remarcados, já considerados o desconto ofertado e a remuneração por bilhete, conforme notas fiscais e relatórios apresentados pela CONTRATADA e atestados pela fiscalização do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, em observância ao art. 106 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de prestação de serviços de natureza contínua.

3.2. O prazo de vigência estabelecido nesta cláusula abrange a execução contratual e eventuais prorrogações, desde que mantidas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA, bem como o desempenho satisfatório dos serviços prestados e a vantajosidade da contratação para a Administração.

3.3. A Administração poderá prorrogar o prazo de vigência deste contrato, observado o limite máximo previsto em lei para contratos de prestação de serviços contínuos, mediante celebração de termo aditivo, desde que demonstrada, de forma expressa, a manutenção das condições de habilitação, a adequação dos preços praticados ao mercado e a vantajosidade da **prorrogação, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

3.4. A prorrogação contratual ficará condicionada à existência de interesse público devidamente justificado, à disponibilidade orçamentária e ao atendimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações previstas neste instrumento, bem como à apresentação, quando exigido, de novos documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

3.5. A Administração poderá deixar de promover a prorrogação contratual, a seu exclusivo critério e mediante justificativa, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito à indenização, ressalvados os valores devidos pelos serviços efetivamente prestados até a data de encerramento da vigência.

3.6. Encerrado o prazo de vigência sem prorrogação, considerar-se-á este contrato automaticamente extinto, mantidas, contudo, as obrigações das partes relacionadas a eventuais responsabilidades decorrentes de sua execução, inclusive de natureza indenizatória, que subsistirão até seu integral cumprimento.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão prestados de forma remota/virtual, por meio de plataforma web fornecida pela CONTRATADA e/ou por canais de atendimento eletrônico (e-mail, WhatsApp ou equivalentes), devendo os bilhetes, comprovantes e relatórios ser encaminhados para a sede do Conselho Regional de Fonoaudiologia – 8ª Região, localizada na Av. Desembargador Moreira, 2020, sala 401, Bairro Aldeota, Fortaleza – CE, CEP 60170-002, ou para outros endereços físicos ou eletrônicos que venham a ser indicados pela CONTRATANTE.

4.2. O horário de atendimento administrativo da CONTRATANTE é de segunda a sexta-feira, entre 9h e 16h (exceto feriados), devendo a CONTRATADA assegurar, ainda, regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas para atendimento de emergências, conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

5.1. O início da execução contratual deverá ocorrer em até **05(cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato e emissão da respectiva Ordem de Serviço.

5.2. A CONTRATADA deverá apresentar cotações e opções de voos em até 2 (duas) horas após a solicitação do CREFONO 8, feita pelos canais oficiais.

5.3. Após a aprovação do voo pela CONTRATANTE, a emissão do bilhete deverá ocorrer em até 1 (uma) hora, salvo situações justificadas de proximidade do voo, que exigirão atendimento imediato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

5.4. O não atendimento aos prazos e níveis de serviço estabelecidos nesta cláusula poderá ensejar a aplicação de penalidades, na forma prevista neste contrato, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado mensalmente, de forma faturada, após a efetiva prestação dos serviços no período (emissões consolidadas), mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura acompanhada de relatório detalhado dos bilhetes emitidos (já aplicados os respectivos descontos sobre a tarifa), utilizados, cancelados ou remarcados, contendo os respectivos localizadores, dados dos passageiros, trechos, datas, horários, companhias aéreas e valores das tarifas cheias, bem como comprovantes correlatos.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura e o relatório de que trata o item 6.1 serão submetidos ao atesto do fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE, que verificará a conformidade dos serviços prestados com as obrigações contratuais.

6.3. O prazo para pagamento será de até 10(dez) dias, contados da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, observada a legislação aplicável e as normas internas da CONTRATANTE.

6.4. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, poderá incidir atualização financeira, se e quando cabível, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da obrigação de a CONTRATADA manter a regular prestação dos serviços.

6.5. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de responder por erros, omissões ou irregularidades verificadas posteriormente, podendo a Administração glosar valores, exigir devolução ou compensar quantias em faturas futuras.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das demais obrigações constantes do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável, constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar os serviços objeto deste contrato em estrita conformidade com as especificações, prazos, condições e níveis de serviço estabelecidos;
- b) manter estrutura adequada, inclusive tecnológica, e pessoal qualificado, em número suficiente, para assegurar a prestação eficiente dos serviços de agenciamento de viagens;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- d) responsabilizar-se por todos os prejuízos de qualquer natureza, inclusive os causados ao patrimônio do CREFONO 8 ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução deste contrato, inclusive por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes, promovendo o ressarcimento devido em até 30 (trinta) dias corridos a partir da comprovação de sua responsabilidade;
- e) arcar integralmente com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inexistindo qualquer vínculo trabalhista entre seus empregados e a CONTRATANTE;
- f) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) cumprir integralmente as obrigações relativas à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e demais normas de proteção de dados, sigilo e segurança da informação, orientando e treinando seus empregados sobre os deveres decorrentes;
- h) manter confidencialidade e sigilo sobre todos os dados pessoais, documentos, processos e informações da CONTRATANTE a que tiver acesso por força deste contrato, sendo vedado o compartilhamento com terceiros fora das hipóteses legais, sob pena de responsabilização civil, administrativa e penal;
- i) atender prontamente às solicitações e determinações do fiscal do contrato e da Administração, prestando todos os esclarecimentos e informações requeridos;
- j) apresentar, sempre que solicitado, relatórios gerenciais contendo o histórico detalhado das emissões, remarcações, cancelamentos e reembolsos, bem como quaisquer outras informações necessárias ao controle e fiscalização do contrato;
- k) não efetuar correções, alterações ou modificações de condições de serviço em desacordo com o Termo de Referência, salvo mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na forma e prazos estabelecidos neste contrato, após a regular prestação dos serviços e o atesto do fiscal do contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

- b) fornecer à CONTRATADA as informações necessárias à adequada execução dos serviços, como dados dos passageiros, itinerários, datas, prioridades e demais elementos pertinentes;
- c) designar fiscal e, se necessário, gestor do contrato, que acompanharão e fiscalizarão a execução contratual, anotando em registro próprio as ocorrências e determinando as providências cabíveis;
- d) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre defeitos, irregularidades ou não conformidades na execução dos serviços, fixando prazo para correção, substituição ou regularização;
- e) cumprir as demais obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência, neste contrato e na legislação de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, na forma de ato específico, ao qual caberá:

- a) verificar a conformidade da prestação dos serviços com as especificações contratuais;
- b) registrar todas as ocorrências, inclusive falhas, atrasos ou descumprimentos de níveis de serviço, e comunicar à autoridade competente;
- c) atestar as Notas Fiscais/Faturas apresentadas pela CONTRATADA, quando verificada a correção dos serviços prestados.

9.2. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, de qualquer natureza, relacionada à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

10.1. As partes obrigam-se a cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, utilizando-os somente para as finalidades que justificaram o seu acesso e em conformidade com os princípios do art. 6º da referida lei.

10.2. É vedado o compartilhamento, pela CONTRATADA, com terceiros dos dados obtidos no âmbito deste contrato, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei ou estritamente necessárias à execução contratual.

10.3. Encerrado o tratamento dos dados, nos termos do art. 15 da LGPD, a CONTRATADA deverá eliminá-los, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

necessidade de guarda para fins de comprovação de cumprimento de obrigações legais ou contratuais, enquanto não prescritas.

10.4. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e adotar todas as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perdas, destruição, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado.

10.5. A CONTRATANTE poderá realizar diligências e solicitar, em prazo que fixar, informações e comprovações acerca do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, inclusive quanto ao descarte de dados pessoais, cabendo à CONTRATADA atender prontamente às solicitações.

10.6 A CONTRATADA deverá manter confidencialidade e sigilo sobre todos os dados pessoais, documentos, informações e processos a que tiver acesso em razão deste contrato, em conformidade com a LGPD, a Lei nº 12.527/2011 e demais normas aplicáveis.

10.7 A CONTRATADA responderá civil, administrativa e penalmente por qualquer vazamento, uso indevido ou compartilhamento não autorizado de informações, sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato e na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência e neste contrato, garantida a prévia defesa e o contraditório.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e do Termo de Referência, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas;
- b) ensejar retardamento na execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal.

11.3. Pelas infrações verificadas, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- a) advertência por escrito;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

- b) multa, conforme percentuais e critérios previstos no Termo de Referência e no Edital, inclusive aquelas calculadas sobre o valor adjudicado, o valor da nota fiscal mensal ou o valor total do contrato;
- c) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade, pelo prazo previsto na legislação;
- d) impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.4. As penalidades de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d” e “e” poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível, e registradas no SICAF, na forma da legislação.

11.5. As multas aplicadas poderão ser descontadas de pagamentos devidos à CONTRATADA, da garantia contratual, se houver, ou cobradas judicialmente, caso não recolhidas no prazo assinalado.

11.6. Na aplicação das sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os danos causados à Administração e a eventual implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pela CONTRATADA.

11.7. A aplicação das penalidades observará o devido processo administrativo, assegurando-se à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório, na forma da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/1999.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação/contratação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições deste contrato;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- d) haja anuência expressa da Administração quanto à continuidade do contrato.

12.2. Ocorrendo alteração da pessoa jurídica contratada que implique mudança do sujeito contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do prazo nele fixado, por quaisquer dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Aplicam-se, ainda, os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato, observado o disposto na cláusula 12 deste instrumento.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indicação das indenizações, multas e demais obrigações pendentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CADIN E DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

14.1. Na assinatura deste contrato, será exigida a comprovação de regularidade junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, bem como das demais condições de habilitação e contratação consignadas no Edital.

14.2. A existência de registro em CADIN constitui fator impeditivo para a contratação, devendo a CONTRATADA manter-se regular durante toda a vigência contratual.

14.3. A CONTRATADA compromete-se a manter atualizada e regular sua situação fiscal, trabalhista, previdenciária e cadastral durante a vigência do contrato, apresentando, sempre que solicitado, as respectivas certidões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, com base na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nos princípios gerais dos contratos administrativos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 8ª REGIÃO – CRFa 8ªR- CE – MA - PI - RN

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste contrato que não possam ser resolvidas administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Ceará, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em _ (___) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de testemunhas.

Fortaleza/CE, de _____ de _____ 2026.

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA – 8ª REGIÃO

CONTRATANTE

[NOME DA CONTRATADA]

CONTRATADA

Testemunhas:

1. Nome: CPF: _

2. __Nome: CPF: